

Serviço de Apoio
às Micro e
Pequenas
Empresas de
Roraima -
SEBRAE/RR

**Demonstrações Financeiras
Intermediárias
em 31 de março de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Balanco Orçamentário	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

**Relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras**

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e Equivalentes de caixa	4	10.069	4.770	Remunerações e Encargos	13	226	271
Créditos a receber	5	169	45	Obrigações Tributárias	14	135	166
Numerários vinculados a programas e projetos	6	773	-	Obrigações trabalhistas	15	998	1.828
Adiantamentos Concedidos	7	459	343	Contas a Pagar	16	1.012	236
Despesas antecipadas	8	154	158	Obrigações com o Sistema SEBRAE	9	773	541
Convênios a executar	8	65	83	Total do passivo circulante		3.144	3.042
Créditos com o Sistema SEBRAE	9	2.460	5.358				
Outros Créditos	9	9	9				
Total do ativo circulante		14.158	10.766				
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos realizáveis	10	29	29	Contas a Pagar		2	-
Aplicações financeiras	11	29.009	28.617	Total do passivo não circulante		2	-
Imobilizado	12	14.204	14.466	Total do passivo exigível		3.146	3.042
Total do ativo não circulante		43.242	43.112				
Total do ativo		57.400	53.878	Patrimônio líquido	17		
				Superávits acumulados		48.708	41.696
				Superávit do exercício		3.417	7.007
				Ajuste de avaliação patrimonial		-2.129	2.133
				Total do patrimônio líquido		54.254	50.836
				Total do passivo e do patrimônio líquido		57.400	53.878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Dirigentes:

Luciana Surtita da Motta Macedo
Diretora Superintendente

Almir Moraes Sá
Diretor de Administração e Finanças

Maria Cristina de Andrade Souza
Diretora Técnica

Tabiana Rodrigues Marques
Contadora CRC-RR 1007

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR

Balanco Orçamentário em 31 de março de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

Receitas	Nota	Execução		Ano Atual		%	(Δ %
		Período	Anterior (a)	Previsão				
				Original (b)	Execução (c)			
Receitas Correntes		8.813	9.527	38.633	9.527	24,7%	8,1%	
Contribuição Social Ordinária- CSO		7.362	8.426	29.489	8.426	28,6%	14,3%	
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN		253	265	4.969	265	5,3%	4,7%	
Convênios (Parceiros + Aplicações Financeiras)	1	1.018	583	639	-	0,0%	0,0%	
Empresas Beneficiadas	2	167	228	2.500	583	23,3%	-42,7%	
Outras Receitas	3	13	25	836	228	27,3%	36,5%	
Deficit Corrente		-	-	200	25	12,5%	92,3%	
Receitas de Capital		-	-	100	-	0,0%	0,0%	
Alienação de Bens		-	-	100	-	0,0%	0,0%	
Oper. Crédito / Receb.		-	-	-	-	0,0%	0,0%	
Saldo de Exercícios		-	-	3.420	-	-	-	
Receitas Totais		8.813	9.527	42.153	9.527	22,6%	108,1%	
Deficit Total		4.817	-	-	-	-	-	
Total Geral		13.630	9.527	42.153	9.527	22,6%	69,9%	

Despesas	Nota	Execução		Ano Atual		%	(Δ %
		Período	Anterior (a)	Previsão				
				Original (b)	Execução (c)			
Despesas Correntes		5.491	5.830	35.241	5.830	16,3%	6,2%	
Pessoal, Encargos e Benefícios		2.913	3.296	15.318	3.296	21,5%	13,1%	
Serviços Profissionais e Contratados	4	1.361	1.696	14.015	1.696	12,1%	24,6%	
Demais Despesas	5	950	705	5.186	705	13,6%	-25,8%	
Encargos Diversos	6	253	133	667	133	19,9%	-47,4%	
Transferências		14	-	55	-	0,0%	0,0%	
Superávit Corrente		3.322	3.697	-	-	-	-	
Despesas de Capital		8.139	2	3.905	2	0,1%	-100,0%	
Investimentos / Outros	7	8.139	2	3.905	2	0,1%	-100,0%	
Antortização de Emprestitos		-	-	-	-	0,0%	0,0%	
Fundo de Reserva		-	-	3.007	-	-	-	
Despesas Totais		13.630	5.832	42.153	5.832	13,8%	42,8%	
Superávit Total		-	3.695	-	-	-	-	
Total Geral		13.630	9.527	42.153	9.527	22,6%	-30,1%	

Comentários das variações das receitas de 15%

Nota 1: A variação a menor ocorreu em virtude do decréscimo na taxa de remanência das aplicações financeiras apuradas no 1º trimestre/2018 quando comparada com o trimestre do ano anterior.

Nota 2: A variação a maior refere-se as receitas geradas com a contrapartida do público dos projetos na participação de missões das Atividades de Atendimento

Nota 3: A variação a maior refere-se a arrecadação de receita de devolução de convênio.

Comentários das variações das despesas 15%

Nota 4: O aumento refere-se principalmente as despesas de Instrutoria e consultoria, destacamos as despesas com consultoria para atender o projeto de Crescer no Campo – Bovinocultura de Corte e Leite em RR nas propriedades rurais distribuídas nos municípios da região Central e Sul de Roraima, no montante de 60 mil, em virtude do aditivo de prazo de execução do cronograma do contrato 054/2017, despesas com pesquisas no montante de 55 mil, para execução das mensurações de resultados, por meio da Metodologia GEOR, dos projetos de atendimento do SEBRAE/RR, conforme contrato 108/17 e despesas de consultoria no montante de 67 mil para dar apoio na gestão e realização de mapeamento, redesenho e melhoria do fluxo de processos executados, subcomitê REDESIMPLES, conforme contrato 109/2017.

Nota 5: A variação a menor está relacionada a não elevação de despesas de alugueis para a realização dos eventos no ano de 2018, em virtude das aquisições de imóveis em 2017.

Nota 6: A variação a menor refere-se a redução de resgates das aplicações financeiras.

Nota 7: Os investimentos com imobilizado serão executados até o fim do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Dirigentes:

Luciana Surtia da Motta Macedo
Diretora Superintendente

Amir Morais Sá
Diretor de Administração e Finanças

Maria Cristina de Andrade Souza
Diretora Técnica

Fabiana Rodrigues Marques
Contadora CRC-RR/007

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR

Demonstrações de resultados

Período de três meses findos em 31 de março de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
Receitas			
Contribuição social líquida (CSO/CSN)	18	8.691	7.615
Receitas empresas beneficiadas	19	228	166
Outras receitas operacionais	20	25	5
Total das Receitas		<u>8.944</u>	<u>7.786</u>
Despesas			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	21	(3.296)	(2.913)
Serviços profissionais e contratados	22	(1.696)	(1.361)
Custos e despesas de operacionalização	23	(705)	(950)
Encargos diversos	24	(35)	(142)
Despesas com provisões	25	(86)	(104)
Depreciação e amortização		(264)	(213)
Outras despesas operacionais		(18)	-
Total de Despesas		<u>(6.100)</u>	<u>(5.683)</u>
Superávit antes do Resultado Financeiro Líquido		<u>2.844</u>	<u>2.103</u>
Resultado Financeiro Líquido (receita financeira/variações)	26	<u>573</u>	<u>1.011</u>
Superávit (déficit) do período		<u><u>3.417</u></u>	<u><u>3.114</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Dirigentes:

Luciana Surita da Motta Macedo
Diretora Superintendente

Almir Moraes Sá
Diretor de Administração e Finanças

Maria Cristina de Andrade Souza
Diretora Técnica


Fabiana Rodrigues Marques
Contadora CRC-RR 1007

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR

Demonstração de resultados abrangentes

Período de três meses findos em 31 de março de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
Superávit (déficit) do período	3.417	3.114
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	3.417	3.114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Urgentes:

Luciana Surita da Motta Macedo
Diretora Superintendente

Almir Morais Sá
Diretor de Administração e Finanças

Maria Cristina de Andrade Souza
Diretora Técnica


Fabiana Rodrigues Marques
Contadora CRC-RR 1007

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de três meses findos em 31 de março de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	Superávit (déficit) acumulado	Superávit (déficit) do período	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2017	23.807	17.870	2.153	43.830
Incorporação do superávit(déficit) do exercício anterior	17.870	(17.870)		
Baixa no Ajuste da avaliação patrimonial				
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	5		(5)	0
Superávit (déficit) do período		3.114		3.114
Saldo em 31 de março de 2017	41.682	3.114	2.148	46.944
Saldo em 1º de janeiro de 2018	41.696	7.007	2.133	50.836
Incorporação do superávit(déficit) do exercício anterior	7.007	(7.007)		
Baixa no Ajuste da avaliação patrimonial				
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	5		1	1
Superávit (déficit) do período		3.417	(5)	3.417
Saldo em 31 de março de 2018	48.708	3.417	2.129	54.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Dirigentes:

Luciana Surita da Motta Macedo
Diretora Superintendente

Almir Moraes Sá
Diretor de Administração e Finanças

Maria Cristina de Andrade Souza
Diretora Técnica

Fabiana Rodrigues Marques
Contadora CRC-RR 1007

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Período de três meses findos em 31 de março de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/03/2018	31/03/2017
Resultado do período	3.417	3.114
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	264	213
Resultado na Baixa de bens	-	-
Rendimento de aplicação financeiras de longo prazo	(392)	(590)
Baixa no ajuste da avaliação patrimonial	1	-
Provisão para riscos civeis, fiscais trabalhistas	-	(52)
	3.290	2.685
Redução (aumento) nos ativos:		
Créditos a receber	(124)	(66)
Numerários vinculados a programas e projetos	(773)	(1.107)
Adiantamentos Concedidos	(116)	(414)
Despesas antecipadas	4	15
Convênios a executar	18	(14)
Créditos com o Sistema SEBRAE	2.898	(580)
Depósitos Judiciais	-	9
	1.907	(2.157)
Aumento (redução) nos passivos:		
Remunerações e Encargos	(45)	(40)
Obrigações Tributarias	(31)	(225)
Obrigações trabalhistas	(830)	(304)
Contas a Pagar	778	269
Obrigações com o Sistema SEBRAE	232	1.103
	104	803
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	5.301	1.331
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(2)	(8.139)
Aplicações financeiras em fundos de investimento	-	(10.259)
Resgates financeiros em fundos de investimento	-	8.326
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de investimento	(2)	(10.072)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	5.299	(8.741)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	10.069	3.694
(-) Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.770	12.435
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	5.299	(8.741)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Dirigentes:

Luciana Surita da Motta Macedo
Diretora Superintendente

Almir Moraes Sá
Diretor de Administração e Finanças

Maria Cristina de Andrade Souza
Diretora Técnica

Fabiana Rodrigues Marques
Fabiana Rodrigues Marques
Contadora CRC-RR 1007

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Roraima (“SEBRAE/RR” ou “Entidade”) é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de Serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A sede da Entidade está localizada à Av. Major Williams, 680 - Bairro São Pedro, Boa Vista, estado de Roraima.

O âmbito de atuação do SEBRAE/RR constitui-se no Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Roraima, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/RR recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional (SEBRAE/NA), que é o responsável pelos repasses de recursos aos estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país.

Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. Os SEBRAE dos estados e Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/NA;
- Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima - SEPLAN;
- Banco da Amazônia S/A;
- Banco do Brasil S/A;
- Caixa Econômica Federal - CEF;
- Federação das Associações Comerciais e Industriais de Roraima - FACIR;
- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM;

- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Roraima - FAERR;
- Federação do Comércio, serviços e Turismo do Estado de Roraima - FECOMERCIO/RR;
- Federação das Indústrias do Estado de Roraima - FIER/RR;
- Agência de Fomento do Estado de Roraima – DESENVOLVE RR;
- Universidade Federal de Roraima - UFRR;
- Instituto Euvaldo Lodi - IEL;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural em Roraima - SENAR/RR e
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial em Roraima - SENAC/RR.

O SEBRAE/RR é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída.

Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o SEBRAE sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e, portanto, não restringe a isenção da COFINS de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial supracitada venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse

regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

Com relação à tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, o parecer nº. 018/2015 e o Despacho da Procuradoria Geral do Município de Boa Vista, ambos inseridos no processo administrativo nº. 080751.2014, determinam que as receitas de empresas beneficiadas auferidas da atividade próprias pelo SEBRAE/RR são imunes.

2 Base de apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as Normas Brasileiras de Contabilidade (coletivamente "NBC TG ") emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico nº 27, instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano Previdenciário patrocinado pela Entidade.

Estas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

A Diretoria Executiva da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 16 de abril de 2018.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 5), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 10) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria relativas a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 27). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização.

a. Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de

desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 27).

b. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 29).

c. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediária devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 10).

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de contribuição Social Ordinária - CSO é relacionada com a transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês seguinte ao de sua competência (Nota Explicativa nº 18). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional – CSN é relacionada à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos. (Nota Explicativa nº 18).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem.

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 19).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

i. Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os

empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem as contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 4)

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 16)

iii. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

c. Classificação entre Circulante e Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras intermediárias são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº 12)

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (custo atribuído).

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Vida útil estimada
Edificações	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Veículos e acessórios	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

e. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado e o intangível, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de

avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

f. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 10)

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 13)

Benefícios pós-emprego

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Roraima, SEBRAE/RR é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência – Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE/RR reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população. Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE/RR contrata anualmente um atuário qualificado. (Nota Explicativa nº 27)

h. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e alterações previstas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018: NBC TG 47 – Receita de contrato com clientes; NBC TG 48 Instrumentos Financeiros e Contratos de Arrendamento para 2019.

Com base em avaliação preliminar a entidade não espera impactos significativos no reconhecimento da receita de serviços no que se refere à NBC TG 47, como também no reconhecimento de seus instrumentos financeiros conforme NBC TG 48. Desta forma, a entidade revisará seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração dos itens sujeitos às alterações correspondentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2018	31/12/2017
Caixa - fundo fixo	1	4
Bancos (a)	33	89
Aplicações financeiras (b)	10.035	4.677
	10.069	4.770

- (a) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas correntes bancárias, cuja posição, em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro 2017, se encontram a seguir descrita:

	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil c/c 34.534-2	2	25
Banco do Brasil c/c 1.329-3	26	56
Caixa Econômica Federal c/c 455-9	4	7
Banco da Amazônia c/c 72.248-5	1	1
	33	89

- (b) Recursos mantidos em fundos de investimentos de curto prazo, com taxa de remuneração média de 0,48% ao mês, destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado a seguir:

Instituição financeira	Nome do fundo de investimento	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil S.A.	BB Curto Prazo Corporativo 600 mil	5.234	2.153
Caixa Econômica Federal	Caixa FIC Fundações Curto Prazo	5.596	2.529
(-) Provisão de IRRF s/Aplicação financeira (c)		(22)	(5)
		10.808	4.677
Aplicações vinculadas a recursos de CSN (d)		(773)	-
		10.035	4.677

- (c) Refere-se a estimativa de Provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.
- (d) Valores relativos à CSN a comprovar, classificados no passivo circulante que foram destacados e segregados desta rubrica para demonstrarem o montante de recursos vinculados a convênios e programas, conforme descrito na nota explicativa nº 8.

5 Créditos a receber

	31/03/2018	31/12/2017
Duplicatas a receber (i)	147	135
Cartões de Créditos (ii)	153	41
(-) Provisão para crédito de liquidação (iii)	(131)	(131)
	169	45

- (i) São valores a receber decorrentes de operações de vendas de produtos e serviços a prazo ou oriundos de outras transações, caracterizando um direito a cobrar de seus clientes.
- (ii) São valores a receber decorrentes de operações de vendas de produtos e serviços na modalidade de cartão de crédito. A variação ocorreu em virtude da Missão Internacional da China e as contrapartidas dos Projetos e Atividades de Atendimentos.
- (iii) Provisão constituída com base na expectativa de recebimento financeiros, o procedimento de constituição é definido na IN 21 - Provisão para Devedores Duvidosos – PDD.

6 Numerários vinculados a programas e projetos

Correspondem a recursos financeiros vinculados aos programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/RR, e que são apresentados separadamente da rubrica “caixa e equivalentes de caixa”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03.

A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. Os recursos de CSN a comprovar são destinados para execução de programas e projetos nacionais como: Atividade de Atendimento, Desburocratização pela Implementação da REDESIMPLES, Trade Turístico, ALI, Alimentos e Bebidas - Agronegócio (Bovinicultura, fruticultura e piscicultura), Cadeia Produtiva da Construção, da moda, da Beleza e de negócios automotivos, SEBRAEBIO, dentre outros, conforme apresentado a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Contribuição Social		
CSN a comprovar (b)	773	-
	773	-

- (b) Contribuição Social Nacional (CSN) - refere-se a recursos repassados pelo SEBRAE/NA para execução de projetos pelo SEBRAE/RR e tem sua receita reconhecida quando da execução do mesmo. Estes recursos serão utilizados na execução dos respectivos projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, os montantes são apropriados ao resultado como receitas de CSN.

7 Adiantamentos Concedidos

O grupo é formado pelos adiantamentos concedidos a funcionários, terceiros e outros, tais como: Adiantamentos de viagens a funcionários (nacionais e internacionais), adiantamentos de 13º salário, adiantamentos de férias e adiantamentos a terceiros, conforme apresentado a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Adiantamentos a funcionários	448	339
Adiantamentos a terceiros	11	4
	459	343

A variação refere-se a adiantamentos da primeira parcela do 13º salário pagos aos colaboradores em fevereiro de 2018 e bem como a concessão do benefício do adiantamento de retorno de férias.

8 Transações com convênios a executar

	31/03/2018	31/12/2017
Liberação de convênios		
PMBV – Rumo Certo (a)	-	157
UFRR/AJURI - Programa Empreendedorismo em Roraima (b)	65	65
	65	222
Execução de convênios		
PMBV – Rumo Certo	-	(139)
	65	83

Referem-se aos valores executados e comprovados por meio de prestações de contas dos parceiros, relativo a recursos de convênio, de acordo com programação prevista no plano de trabalho do exercício.

- (a) A prestação de contas final do convênio 008/2012 – Rumo Certo foi apresentada pela Prefeitura Municipal de Boa Vista, aprovada sem ressalva e efetuada a baixa total, conforme Nota Técnica nº 003/2018.
- (b) A prestação de contas final do convênio UFRR/AJURI foi apresentada e encontra-se fase de análise pela DIREX.

9 Transações com o Sistema SEBRAE

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- a. Créditos com o sistema SEBRAE
- b. Obrigações com Sistema SEBRAE
- c. Transações de resultado
- d. Pessoal chave da Administração

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

	31/03/2018	31/12/2017
Transações ativas - Créditos com o sistema SEBRAE		
CSN a receber	-	216
CSO a receber (i)	2.460	5.142
	2.460	5.358

- (i) Refere-se a valores de Contribuições Sociais Ordinárias efetivamente arrecadados e transferidos até março de 2018 pela Receita Federal do Brasil ao SEBRAE Nacional. Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Ordinárias – CSO”.

Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de 2017 a 2020 e do orçamento de 2017 do sistema SEBRAE são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE.

A variação refere-se à arrecadação em dezembro de 2017 foi maior que o primeiro trimestre de 2018.

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

	31/03/2018	31/12/2017
Transações passivas - Obrigações com o sistema SEBRAE		
CSN a devolver (a)	-	541
CSN a comprovar (b)	773	-
	773	541

- (a) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais – CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, o saldo de “CSN a comprovar” em 31 de dezembro de 2017 foi transferido para “CSN a Devolver”, conforme prevê a IN 37.
- (b) Em janeiro de 2018 houve uma transição das regras da CSN: 2017 para 2018, conforme Nota Técnica UGOC nº. 01/2018. Os saldos financeiros de CSN, posição em 31/12/2017 continuarão em poder do SEBRAE/UF e serão considerados como “Adiantamento Financeiro para Suporte à Execução da CSN”, subseção 13.9 da IN 37, versão 21. Como consequência em janeiro de 2018, os saldos contábeis registrados como CSN a devolver e CSN a receber foram transferidos para a conta CSN a comprovar. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME).

c. Transações de resultado

	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
Contribuição Social Ordinária (CSO) (a)	8.426	7.362
Contribuição Social Nacional (CSN) (b)	265	253
	8.691	7.615

- (a) Contribuição Social Ordinária (CSO) - Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base nos valores efetivamente arrecadados e transferidos pela Receita Federal do Brasil ao SEBRAE/NA.

Na conta "Contribuição Social Ordinária" são alocadas as receitas transferidas pelo SEBRAE Nacional para custeio das atividades do SEBRAE/RR.

A variação refere-se à arrecadação do 1º trimestre/2018 ter sido superior que ao trimestre do ano anterior.

- (b) Contribuição Social Nacional (CSN) - Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para o SEBRAE/RR para execução de projetos especiais e nacionais, programas nacionais, atividades de atendimento, com aplicação em produtos, serviços e canais de atendimento, com destinação específica do orçamento do SEBRAE/RR.

O acréscimo de na rubrica de "Contribuição Social Nacional" ocorreu principalmente devido à apropriação das receitas de CSN projetos oriundos do SEBRAE/NA para subsidiar os projetos do SEBRAE/RR, incremento de recursos nos projetos e programas nacionais já existentes, além do aumento no valor do repasse mensal da CSN Saúde.

d. Operação com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE/NA e Art. 6º do Estatuto Social do SEBRAE/RR é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração da pessoal chave da Administração:

	31/03/2018	31/12/2017
Remuneração de diretores	214	572
Benefícios	41	116
	255	688

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar SEBRAEPREV estão descritos na nota explicativa nº 27.

10 Provisões

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria terceirizada do SEBRAE/RR como risco "provável" de perda:

Descrição	Depósitos judiciais		Provisão	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Reclamações trabalhistas	29	29	-	-
	29	29	-	-

As provisões foram constituídas com base no relatório da assessoria jurídica do SEBRAE/RR do 1º trimestre/2018.

O SEBRAE/RR possui os seguintes valores relativos a processos classificados por nossa assessoria jurídica com probabilidade de perda “possível”, os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras:

Descrição	Valor	
	31/03/2018	31/12/2017
Riscos Trabalhistas (a)	152	75
Riscos Cíveis (b)	374	374
	526	449

- (a) O risco trabalhista refere-se a uma reclamação trabalhista de um ex-funcionário do SEBRAE/RR no montante de 75 mil reais. A primeira audiência ocorreu em setembro/2017, mas sem acordo de ambas as partes. A sentença está prevista para abril/2018. No relatório do primeiro trimestre/2018 houve a inclusão de uma reclamação trabalhista oriunda de um ex-funcionário da empresa terceirizada de transporte, DR Serviços, no qual o reclamante objetiva o recebimento das verbas rescisórias, horas extras, diferença salarial e outros. Em virtude da responsabilidade solidária, o SEBRAE foi intimado a apresentar Contestação e prova documental juntada aos autos. A audiência de conciliação está prevista para abril/2018.
- (b) O risco cível trata-se de uma ação de uma empresa que visa a indenização diante do desfazimento da licitação de obra de construção da nova sede. Status: Aguardando a próxima audiência.

11 Aplicações financeiras

São recursos ordinários aplicados nos títulos relacionados, com taxa de remuneração média de 0,62% ao mês. Referem-se a recursos originários de superávit acumulado de exercícios anteriores.

Instituição financeira	Nome do fundo de investimento	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	BB Milênio 10 FI Renda Fixa Longo Prazo	16.575	16.343
Caixa Econômica Federal	Fundo de investimento SEBRAE RF LP	12.434	12.274
		29.009	28.617

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

12 Imobilizado

	Saldo em 1º/01/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/03/2018
Custo				
Terrenos	1.310	-	-	1.310
Edificações (a)	12.004	-	-	12.004
Instalações	268	-	-	268
Móveis e utensílios	674	-	-	674
Veículos e acessórios	488	-	-	488
Máquinas e equipamentos	730	2	-	732
Equipamentos de informática (b)	3.663	-	-	3.663
	<u>19.137</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>19.139</u>
Depreciação acumulada				
Edificações	(990)	(110)	-	(1.100)
Instalações	(268)	-	-	(268)
Móveis e utensílios	(402)	(10)	-	(412)
Veículos e acessórios	(362)	(6)	-	(368)
Máquinas e equipamentos	(340)	(14)	-	(354)
Equipamentos de informática	(2.268)	(124)	-	(2.392)
	<u>(4.630)</u>	<u>(264)</u>	<u>-</u>	<u>(4.894)</u>
Provisão para perdas (impairment)	<u>(41)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(41)</u>
Imobilizado líquido	<u><u>14.466</u></u>	<u><u>(262)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>14.204</u></u>

	Saldo em 1º/01/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Custo				
Terrenos	1.310	-	-	1.310
Edificações	3.937	8.067	-	12.004
Instalações	268	-	-	268
Móveis e utensílios	685	5	(16)	674
Veículos e acessórios	488	-	-	488
Máquinas e equipamentos	719	47	(36)	730
Equipamentos de informática	2.710	1.047	(94)	3.663
	<u>10.117</u>	<u>9.166</u>	<u>(146)</u>	<u>19.1347</u>
Depreciação acumulada				
Edificações	(579)	(411)	-	(990)
Instalações	(268)	-	-	(268)
Móveis e utensílios	(374)	(40)	12	(402)
Veículos e acessórios	(337)	(25)	-	(362)
Máquinas e equipamentos	(307)	(59)	26	(340)
Equipamentos de informática	(1.917)	(444)	93	(2.268)
	<u>(3.782)</u>	<u>(979)</u>	<u>131</u>	<u>(4.630)</u>
Provisão para perdas (impairment)	<u>(41)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(41)</u>
Imobilizado líquido	<u><u>6.294</u></u>	<u><u>8.187</u></u>	<u><u>(53)</u></u>	<u><u>14.466</u></u>

13 Remuneração e encargos

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de encargos a recolher que serão liquidados no mês subsequente, como segue:

	31/03/2018	31/12/2017
INSS retido s/ salário a recolher	181	193
FGTS	45	78
	226	271

14 Obrigações tributárias

As obrigações tributárias correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de obrigações acessórias de retenções de impostos de folha de empregados, terceiros, serviços e outro como segue:

	31/03/2018	31/12/2017
IRRF s/ serv. de PF	-	14
IRRF s/ serv. de PJ	3	9
IRRF s/ salários a recolher	71	-
ISS s/ serv. PJ a recolher	20	39
INSS retido s/ serv. PF – 11%	1	7
INSS s/ serv. de PJ	24	45
INSS s/ serv. PF – 20%	3	20
PIS/COFINS/CSLL retido s/ serv. PJ	7	32
PIS a recolher	6	-
	135	166

As obrigações tributárias acima demonstradas serão liquidadas no mês subsequente.

15 Obrigações Trabalhistas

Refere-se a provisões de férias e remuneração variável e encargos pertinentes, sendo constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro funcional, conforme demonstrativo abaixo:

	31/03/2018	31/12/2017
Férias (a)	748	1.272
13º salário (b)	202	-
Remuneração variável (c)	48	556
	998	1.828

- (a) Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes e foram constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.
- (b) Corresponde às provisões de 13º salário e os respectivos encargos sociais pertinentes e foram constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.
- (c) Representa a participação de empregados e administradores a título de gratificações de desempenho, calculado sobre as metas de resultados institucionais e resultados individuais e por equipes. A contabilização da provisão da remuneração variável de 2017 está condicionada à aprovação pelo Conselho Deliberativo Estadual. O saldo remanescente refere-se aos recursos que estão em fase de revisão pela comissão.

16 Contas a pagar

	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores	1.012	236
	<u>1.012</u>	<u>236</u>

Refere-se, basicamente, a obrigações contratadas junto a fornecedores de materiais e serviços para manutenção das atividades da Entidade, do pacote da Missão Internacional da China e as faturas do auxílio alimentação e assistência médica, que serão liquidadas no mês subsequente.

17 Patrimônio líquido

	31/03/2018	31/12/2017
Superávits acumulados	48.708	41.696
Superávit do exercício	3.417	7.007
Ajuste de avaliação patrimonial	2.129	2.133
	<u>54.254</u>	<u>50.836</u>

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávits acumulados

Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

c. Superávit (Déficit) do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da Entidade.

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Em 2010, a Administração aplicou, com base no laudo de empresa especializada, o custo atribuído a terrenos e edificações que possuíam seus valores contábeis substancialmente fora dos valores de mercado. O referido laudo de avaliação, realizado em 31 de dezembro de 2010, determinou como valor justo desses ativos em 1º de janeiro de 2010 o montante de R\$ 2.722, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O saldo da referida rubrica é realizado com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens avaliados, sendo transferida para superávit acumulado.

18 Receitas com contribuição social

	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
Contribuição Social Ordinária – CSO (a)	8.426	7.362
Contribuição Social do Nacional – CSN (b)	265	253
	<u>8.691</u>	<u>7.615</u>

a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base ao cronograma mensal da arrecadação da Receita Federal do Brasil.

- (a) A Contribuição Social Ordinária registra os repasses feitos ao SEBRAE Roraima mediante os valores transferidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ao SEBRAE Nacional.

b. Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para os SEBRAE/UF para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais e nacionais e Programas Nacionais, Atividade de Atendimento, despesas de viagens com destinação específica do orçamento do SEBRAE/RR (IN.37.21).

- (b) O acréscimo de na rubrica de “Contribuição Social Nacional” ocorreu principalmente devido à apropriação das receitas de CSN projetos oriundos do SEBRAE/NA para subsidiar os projetos do SEBRAE/RR e aumento no valor do repasse mensal da CSN Saúde.

19 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
Treinamento	2	4
Consultoria	82	65
Livros e prospectos	-	-
Feiras/Locação de espaços	144	97
Palestras	-	-
EMPRETEC	-	-
Outras Receitas Empresas beneficiadas	-	-
	<u>228</u>	<u>166</u>

O crescimento na arrecadação de receitas de empresas beneficiadas justifica-se pela incorporação e execução de receitas referente a contrapartida de recursos dos Projetos e das receitas oriundas das Missões Nacionais e Internacional.

20 Outras receitas operacionais

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
Recuperações e restituições	9	5
Recup. Restituição –Convênio	16	-
	25	5

O aumento refere-se à receita de devolução de saldo do convênio da UFRR/AJURI, em virtude da apresentação da prestação de contas final do referido convênio.

21 Despesa com pessoal, encargos e benefícios sociais

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
Salários e proventos	(1.409)	(1.243)
13º salário	(174)	(148)
Férias	(213)	(181)
Outros gastos com pessoal	(13)	(45)
Encargos sociais	(611)	(505)
Benefícios sociais	(876)	(791)
	(3.296)	(2.913)

A variação refere-se a diferença salarial paga em janeiro/2018.

22 Despesa com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
Instrutoria e consultoria (a)	(404)	(194)
Serviços técnicos especializados	(260)	(279)
Manutenção segurança e limpeza	(263)	(229)
Demais serviços contratados	(765)	(645)
Encargos sociais serviços terceiros	(4)	(14)
	(1.696)	(1.361)

- (a) O aumento refere-se principalmente as despesas de Instrutoria e consultoria, destacamos as despesas com consultoria para atender o projeto de Crescer no Campo – Bovinocultura de Corte e Leite em RR nas propriedades rurais distribuídas nos municípios da região Central e Sul de Roraima, no montante de 60 mil, em virtude do aditivo de prazo de execução do cronograma do contrato 054/2017, despesas com pesquisas no montante de 55 mil, para execução das mensurações de resultados, por meio da Metodologia GEOR, dos projetos de atendimento do SEBRAE/RR, conforme contrato 108/17 e despesas de consultoria no montante de 67 mil para dar apoio na gestão e realização de mapeamento, redesenho e melhoria do fluxo de processos executados, subcomitê REDESIMPLES, conforme contrato 109/2017.

23 Custos e despesas de operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos com alugueis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
Diárias e hospedagens	(180)	(178)
Passagens, transportes	(272)	(226)
Aluguel e encargos	(18)	(157)
Divulgação e publicidade	(12)	(28)
Serviços gráficos	(69)	(137)
Serviços de comunicação	(50)	(65)
Material de consumo	(18)	(62)
Demais custos e despesas	(86)	(97)
	<u>(705)</u>	<u>(950)</u>

A redução refere-se não efetivação de despesas de alugueis para a realização dos eventos no ano de 2018, em virtude das aquisições de imóveis em 2017.

24 Encargos diversos

Nesse grupo são registrados os gastos com impostos sobre aplicações financeiras, PIS-folha e taxas diversas.

	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
IPTU/ITBI	-	3
IR S/ aplicação financeiras	8	119
IOF	1	-
PIS	18	16
Taxas	8	4
	<u>(35)</u>	<u>(142)</u>

25 Despesa com provisões

Nesse grupo são registradas despesas com provisões trabalhistas, ações cíveis, provisão para perdas com clientes e provisões de imposto de renda sobre as aplicações financeiras.

	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
Provisão de Imposto de renda s/ aplicação financeira	(86)	(104)
	(86)	(104)

26 Resultado Financeiro Líquido

Nesse grupo são registrados os rendimentos financeiros e as despesas financeiras, bem como as variações montarias ativas e passivas, decorrentes dos fundos de investimentos e aplicações que tem o objetivo de resguardá-lo da desvalorização monetária por conta da inflação.

	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras – equivalente de caixa	122	322
Rendimentos de aplicações financeiras – não equivalente de caixa	461	696
	583	1.018
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(7)	(3)
Comissões s/ cartões de crédito	(2)	(4)
	(9)	(7)
Resultado Financeiro Líquido	574	1.011

27 Benefícios pós-emprego

A Entidade é patrocinadora de plano de benefícios de previdência complementar aos seus colaboradores, por meio da entidade SEBRAEPREV - Instituto SEBRAE de Seguridade Social.

O plano de previdência complementar administrado pelo SEBRAEPREV é um plano de benefício do tipo Contribuição Definida (CD).

A seguir os valores de contribuições do patrocinador e dos participantes:

Contribuições	31/03/2018	31/12/2018
Participantes		
Básica	65	43
Serviço passado	4	4
Voluntária	11	10
Patrocinador		
Básica	2	2
Benefício de risco	65	43

A Entidade contrata anualmente empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras.

28 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2018, os seguros contratados encontram-se adequados à estrutura patrimonial da Entidade acobertadas pelo Banco do Brasil sob apólice nº 180 000750664, de vigência 19/05/2017 até 19/05/2018 e propicia às seguintes coberturas limite máximo de indenização: Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza: R\$ 6.000.000,00, danos elétricos: R\$ 500.000,00, equipamentos eletrônicos sem roubo: R\$ 800.000,00, despesas fixas: R\$ 650.000,00, impacto de veículos/queda de aeronaves: R\$ 600.000,00, quebra de vidros: R\$ 90.000,00, responsabilidade civil - operações: R\$ 1.000.000,00, despesas com recomposição de registros e documentos: R\$ 10.000,00, roubo e furto qualificado de bens: R\$ 200.000,00, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves ou quaisquer outros, engenhos aéreos ou espaciais, impacto de veículos terrestres e fumaça: R\$ 300.000,00.

Os novos imóveis estão acobertados pela Tokio Marine Seguradora, sob apólice nº 180 0000943800, de vigência 17/03/2017 até 17/03/2018 e propicia às seguintes coberturas limite máximo de indenização: Incêndio, raio e explosão: R\$ 7.000.000,00, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos e queda de aeronaves R\$ 200.000,00, danos elétricos: R\$ 400.000,00, roubo e furto mediante arrombamento R\$ 100.000,00, quebra de vidros, espelhos e mármore R\$ 130.000,00, equipamentos eletrônicos sem roubo: R\$ 300.000,00, anúncios luminosos R\$ 50.000,00, recomposição e registros R\$ 30.000,00, responsabilidade civil – operações R\$ 130.000,00, lucros cessantes (despesas fixas), em decorrência de incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça R\$ 135.000,00 (6 meses) e aluguel - perda ou pagamento, em decorrência de incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça R\$150.000 (6 meses).

O SEBRAE/RR conta também com o seguro de sua frota de veículos acobertada pela Porto Seguro Auto, sob apólice nº 0531 12 1084877, de vigência 07/04/2017 a 07 /04/2018, onde temos como principais coberturas: Colisão, incêndio, roubo e furto (R\$57.000,00), danos materiais (R\$ 100.000,00) e danos corporais (R\$100.000,00).

29 Instrumentos financeiros

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- * Risco de crédito;
- * Risco de liquidez e
- * Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- * Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).
- * Contas a receber.
- * Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.
- * Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito de praticamente nulo

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.069	4.770
Créditos a receber	5	169	45
Numerários vinculados a projetos e convênios	6	773	-
Adiantamentos concedidos e outros créditos	7	459	352
Convênios a executar	8	65	83
Créditos com o sistema SEBRAE	9	2.460	5.358

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Passivos financeiros	Valor em 31/03/2018	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Remunerações e Encargos	226	226	-	-
Obrigações tributárias	135	135	-	-
Contas a pagar	1.014	1.012	-	2
Obrigações trabalhistas	998	998	-	-
Obrigações com o Sistema SEBRAE	773	773	-	-

Em 31 de março de 2018 não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 04, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

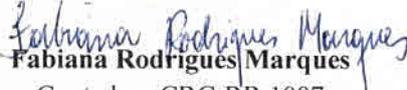
Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que, efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado. A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Dirigentes:

Luciana Surita da Motta Macedo
Diretora Superintendente

Almir Moraes Sá
Diretor de Administração e Finanças

Maria Cristina de Andrade Souza
Diretora Técnica


Fabiana Rodrigues Marques
Contadora CRC-RR 1007